

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

## Robin Hood e o pacote fiscal de Haddad

Ao anunciar o pacote de ajuste fiscal simultaneamente a mudanças no Imposto de Renda, que isentam quem recebe até R\$ 5 mil e sobretaxam os de renda superior a R\$ 50 mil, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva libertou o gênio que estava preso na garrafa e, agora, gera toda sorte de especulações sobre as eleições de 2026. Seu propósito era mitigar os desgastes provocados pelos cortes de gastos preparado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, como uma espécie de Robin Hood, que tira dos ricos para dar aos mais pobres.

O mítico personagem medieval é considerado um herói na Inglaterra e ganhou as telas do cinema ao menos uma dezena de vezes. Errol Flynn (1938), Sean Connery (1976), Kevin Costner (1991), Cary Elwes (1993), Russel Crowe (2010), Taron Egerton (2018) e um raposão antropomorfizado da Disney já interpretaram o personagem do folclore saxão, que também foi objeto de estudos do historiador britânico Eric Hobsbawm (1917-2012), no livro *Bandidos*, que trata do fenômeno por ele denominado de banditismo social. Uma característica singular do feudalismo na Inglaterra foi a tradição de justiça popular saxã.

O contexto é a divisão da Inglaterra entre saxões e normandos, que detêm o poder, enquanto o rei Ricardo Coração de Leão lidera uma Cruzada, na qual seria derrotado. Robin Hood é um nobre saxão injustamente condenado por defender um camponês. Considerado fora da lei, foge para a floresta, adota o nome de Robin Hood e forma um bando de leais amigos (João Pequeno, Frei Tuck, Allan Dale e Will Scarlet) para fazer justiça social por conta própria. Ao final, casa-se com Lady Marian, sobrinha de Ricardo e se torna um nobre cavaleiro. Ainda hoje, a história passa de pais para filhos no Reino Unido.

Mas voltemos ao pacote. A primeira especulação contra a proposta de reforma no Imposto de Renda é que a medida tem por objetivo pavimentar a reeleição de Lula, tese adotada no mercado financeiro. O economista Samuel Pessoa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre-FGV), por exemplo, tem essa compreensão. O objetivo de Lula seria seduzir o eleitorado de classe média, com renda de R\$ 3 mil a R\$ 5 mil, para compensar o desgaste do corte de gastos.

O problema, segundo Pessoa, é que a medida está sendo proposta num momento de desequilíbrio das contas públicas e tende a agravar esse quadro, provocando aumento de inflação no país. Tão logo a proposta foi anunciada, o dólar disparou e chegou a valer mais de R\$ 6, na quinta-feira. Isso deve encarecer produtos importados ou produzidos no Brasil e cotados internacionalmente, o que inclui os alimentos. “A pior coisa, para os pobres, é bagunça macroeconômica”, afirma Pessoa, um economista liberal, que defende austeridade fiscal e aumento da eficiência do setor público.

## A PRIMEIRA ESPECULAÇÃO CONTRA A PROPOSTA DE REFORMA NO IMPOSTO DE RENDA É QUE A MEDIDA É ELEITOREIRA E TEM POR OBJETIVO PAVIMENTAR A REELEIÇÃO DE LULA

processo constitucional, com julgamento presidido pelo atual ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski.

## Chapéu de pena

A proposta de aumentar a isenção do Imposto de Renda veio com outras medidas de cortes de gastos. O pacote anunciado por Haddad, porém, foi considerado insuficiente para alcançar o objetivo de economizar R\$ 70 bilhões em dois anos, devido à tendência de crescimento de despesas obrigatórias, como aposentadorias, com taxas acima da expansão econômica do país.

A disparada do dólar provocou a revisão de investimentos e gerou mais incertezas. A proposta de mudança no Imposto de Renda zera o jogo fiscal na planilha da equipe econômica, mas o mercado interpretou a proposta politicamente. Avalia-se que o Congresso aprovaria o aumento da faixa de isenção até R\$ 5 mil, porém, não sobretaxaria os mais ricos, com o aumento do imposto para quem tem renda acima de R\$ 50 mil, o que provocaria mais déficit público.

Seria como convidar o peru para a ceia de Natal. O dólar só parou de subir quando os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em comum acordo com Haddad, anunciaram que as propostas sobre o Imposto de Renda somente seriam examinadas em 2026. O freio de arrumação foi completado pela revisão dos bloqueios nas pastas da Educação (R\$ 3 bilhões), da Saúde (R\$ 4,3 bilhões), do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (R\$ 1 bilhão), da Integração e do Desenvolvimento Regional (R\$ 945,3 milhões), Defesa (R\$ 606,6 milhões) e Cidades (R\$ 2,4 bilhões), dentro das metas do arcabouço fiscal deste ano. Espera-se que o mercado se acalme. Veremos nos pregões de amanhã.

Entretanto, o mercado político, digamos assim, continuará agitado. A proposta do Imposto de Renda antecipou as especulações eleitorais, em meio ao avanço das investigações sobre a tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023, nas quais o ex-presidente Jair Bolsonaro está cada vez mais enrolado. Lula sempre defendeu o aumento de impostos para os super-ricos. Agora, faz uma proposta para atender à classe média: isentar do Imposto de Renda quem recebe até R\$ 5 mil. Hoje, a isenção vai até R\$ 2.259,20. Lula candidato é o gênio fora da garrafa. Pôs na cabeça o chapéu de pena do Robin Hood.

## AJUSTE FISCAL

## União para manter Fundo Constitucional

Bancada do DF no Congresso Nacional tenta impedir a alteração do critério de reajuste dos recursos da capital, contida na proposta de corte de gastos do governo

» CAMILA CURADO

A repercussão do anúncio feito pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, sobre os critérios de reajuste do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) como parte do pacote de ajuste fiscal apresentado pelo governo federal na semana passada, tem unido partidos de direita, esquerda e centro no Congresso Nacional. Lideranças políticas que representam o DF criticam a medida, e têm se articulado para impedir que a proposta seja aprovada pelo Legislativo. A pressão deve aumentar nesta semana, e a dúvida sobre o nome do relator do texto paira entre parlamentares ouvidos pelo **Correio**.

Se aprovada, a capital federal terá a mesma cláusula de reajuste do Fundo de Desenvolvimento Regional. Em outras palavras, os repasses da União para o DF deixarão de ser calculados com base na variação da Receita Corrente Líquida da União (RCL). A base de correção será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) — principal indicador da inflação no país. No modelo atual, que utiliza a RCL, a verba enviada ao Governo do Distrito Federal (GDF) por meio do FCDF segue a flutuação da arrecadação nacional. Portanto, se a receita da União aumenta, aumentam também os recursos do fundo para a capital.

Os críticos dessa mudança alegam que serviços essenciais de saúde, segurança e educação serão prejudicados pela redução de repasses e, consequentemente, receberão menos investimentos. A senadora Leila Barros (PDT) acredita que alterar a base de cálculo do FCDF é “inoporuna e preocupante”. Ela destacou que a proposta ocorre em um “momento inadequado”, citando acontecimentos recentes na capital federal, como a tentativa de ataque ao Supremo Tribunal Federal (STF), em 13 de novembro.

“Estamos estudando os impactos financeiros dessa proposta, mas é importante ressaltar que qualquer medida que reduza os recursos destinados à saúde pública e às forças de segurança ocorre num momento inadequado, especialmente diante do crescimento de atos violentos contra os Três Poderes da República”, declarou a senadora. Ela e os demais deputados ouvidos pelo **Correio** ainda não souberam dar mais detalhes sobre a relatoria da proposta e se a discussão será protelada para 2025.

## “Inaceitável”

O deputado Fred Linhares (Republicanos) disse ter levado o assunto para conhecimento do líder do seu partido, Hugo Motta (PB), e tem se movimentado nos bastidores do Congresso para ganhar apoio de correligionários contra os cortes. A assessoria do deputado informou que, neste semana, a bancada se reunirá para discutir o assunto. “Estou conversando internamente com a bancada do Distrito Federal e com o partido Republicanos para alinhar estratégias”, disse ele.

Para Linhares, a luta contra a redução de verbas do FCDF é movida pela preocupação com a “qualidade de vida de todos que vivem no DF”, não só por “números no Orçamento”. “Não vamos aceitar cortes que prejudiquem nossa segurança, saúde e educação”, defendeu.

Ainda na semana passada, o deputado Julio Cesar (Republicanos) compartilhou sua posição nas redes sociais, afirmando que a medida anunciada pelo governo federal é um “retrocesso inaceitável”. Segundo ele, a proposta prejudica a população do DF afetando a manutenção de políticas públicas de serviços essenciais

Ed Alves/CB/DA.Press



Para a senadora Leila Barros, mudança no critério de reajuste do Fundo vem em “momento inadequado”

para a população local. “Não podemos permitir que a Polícia Civil, a Polícia Penal, a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, além da saúde e da educação, sejam impactados por uma redução injusta dos repasses”, pontuou.

Representante do PT no DF, a deputada Erika Kokay também se posicionou contrariamente à diminuição de recursos do FCDF. “Da mesma forma que conseguimos impedir retrocessos no fundo em 2023, quando o relator do

arcabouço fiscal, que é do mesmo partido da vice-governadora, tentou alterar as regras de reajuste do fundo, modificando a proposta encaminhada pelo governo Lula, vamos trabalhar para construir o mesmo movimento para evitar qualquer prejuízo com relação ao FCDF, que existe porque Brasília é a capital da República.

No ano passado, o texto do marco fiscal previa a mudança na correção dos valores do Fundo em 2024. No entanto, o

relator do texto na Câmara à época, deputado Cláudio Cajado (PP-PA), cedeu à pressão do GDF contra a alteração, e a mudança foi retirada do texto final. A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do DF informou que a capital deixaria de receber aproximadamente R\$ 87 bilhões ao longo de 10 anos se a correção do FCDF passasse a ser regida pelo IPCA. **(Leia mais sobre o Fundo Constitucional do DF na página 13)**

## PO NEWS

EDIÇÃO Nº 977 | ANO 49

Boletim informativo das Organizações PauloOctavio

1º DE DEZEMBRO DE 2024 | BRASÍLIA/DF



## LIDE BRASÍLIA RECEBE NILIMA BHAT

DEFENSORA DO CAPITALISMO CONSCIENTE

**Filosofia empresarial** - Em parceria com o Sebrae, Ibict e Organizações PauloOctavio, o Lide Brasília recebeu Nilima Bhat, defensora do Capitalismo Consciente, conceito popularizado por Raj Sisodia e John Mackey (cofundador da Whole Foods Market), que tem como filosofia alinhar o sucesso empresarial com propósito e impacto positivo na sociedade. Segundo Nilima, empresas que praticam essa filosofia lucram até 10 vezes mais.

**Propósito** - Para um auditório repleto de lideranças empresariais, Nilima falou sobre os pilares do Capitalismo Consciente, cujos princípios devem ir além da busca exclusiva pelo lucro, e se concentrar em um propósito que beneficie a sociedade e o meio ambiente. Disse ainda que todas as partes envolvidas no ecossistema de um negócio (funcionários, clientes, fornecedores, investidores e comunidades) devem prosperar juntas e que a liderança deve ser guiada por valores, autoconhecimento e ética.

**Responsabilidade** - Em seu discurso de encerramento, Paulo Octávio, presidente do Lide Brasília, lembrou que nesta era de transição, em que a tecnologia e as questões socioambientais são as tendências do século 21, é fundamental que as lideranças econômicas estejam preparadas para a construção de um mundo mais responsável e de uma economia mais consciente.

www.paulooctavio.com.br